



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão - SMG

Secretaria Municipal de Finanças - SF

Concurso Público de Ingresso para provimento de Cargos de

## Auditor-Fiscal Tributário Municipal I

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A 3

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

- |   |  |
|---|--|
| <p>1. São tributos de competência municipal:</p> <p>(A) imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de bens imóveis, imposto sobre a prestação de serviço de comunicação e imposto sobre a propriedade territorial rural.</p> <p>(B) imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de bens imóveis, imposto sobre a transmissão onerosa, <i>inter vivos</i>, de bens imóveis e imposto sobre a propriedade predial urbana.</p> <p>(C) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre a transmissão onerosa, <i>inter vivos</i>, de bens imóveis e imposto sobre a propriedade territorial rural.</p> <p>(D) imposto sobre a propriedade territorial urbana, imposto sobre a transmissão onerosa, <i>inter vivos</i>, de bens imóveis e imposto sobre a prestação de serviço de comunicação.</p> <p>(E) imposto sobre a propriedade territorial urbana, imposto sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar e não-compreendidos na tributação do ICMS, e imposto sobre a transmissão onerosa, <i>inter vivos</i>, de bens imóveis.</p> | <p>4. A Constituição Federal estabelece que é vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir</p> <p>(A) tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.</p> <p>(B) impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.</p> <p>(C) tributos sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.</p> <p>(D) impostos sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.</p> <p>(E) impostos e taxas sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a produção, uns dos outros.</p>  |
| <p>2. Relativamente à competência tributária e às funções de arrecadação e fiscalização, é correto afirmar que</p> <p>(A) ambas sempre são delegáveis, dependendo de lei complementar federal.</p> <p>(B) a competência é delegável de uma pessoa jurídica de direito público para outra, mas a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização é indelegável.</p> <p>(C) a competência é indelegável de uma pessoa jurídica de direito público para outra, mas a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização é delegável.</p> <p>(D) tanto a competência como a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização são indelegáveis de uma pessoa jurídica de direito público para outra.</p> <p>(E) tanto a competência como a atribuição das funções de arrecadação e de fiscalização são delegáveis de uma pessoa jurídica de direito público para outra.</p>  | <p>5. Para que uma prestação pecuniária compulsória possa ser conceituada como tributo, é preciso que, além de ser cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tenha como objeto</p> <p>(A) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, constitua ou não sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.</p> <p>(B) unicamente moeda corrente, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.</p> <p>(C) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.</p> <p>(D) unicamente moeda corrente, constitua ou não sanção de ato ilícito e esteja instituída em lei.</p> <p>(E) moeda corrente ou valor que nela possa ser expresso, não constitua sanção de ato ilícito e esteja instituída na legislação tributária.</p> |
| <p>3. O imposto "A" foi instituído por lei publicada no dia 05 de julho de 2004 e a taxa "B" foi instituída por lei publicada no dia 16 de novembro de 2004. Esses tributos já poderiam ser cobrados</p> <p>(A) desde a data de suas respectivas publicações.</p> <p>(B) em 02 de janeiro de 2005 e 02 de janeiro de 2005, respectivamente.</p> <p>(C) em 05 de outubro de 2004 e 15 de fevereiro de 2005, respectivamente.</p> <p>(D) em 02 de janeiro de 2005 e 15 de fevereiro de 2005, respectivamente.</p> <p>(E) em 05 de outubro de 2004 e 02 de janeiro de 2005, respectivamente.</p>   | <p>6. A aplicação da lei a ato ou fato pretérito</p> <p>(A) não ocorrerá em hipótese alguma.</p> <p>(B) ocorrerá sempre que houver previsão para sua retroatividade, em lei ordinária, e forem observados os princípios da anterioridade e da "noventena".</p> <p>(C) ocorrerá sempre que houver previsão para sua retroatividade, em lei complementar, e forem observados os princípios da anterioridade e da "noventena".</p> <p>(D) ocorrerá, em qualquer caso, quando deixar de definir o ato como infração.</p> <p>(E) ocorrerá, tratando-se de ato não-definitivamente julgado, quando deixar de defini-lo como infração.</p>  |

<p>7. O art. 107 do CTN determina que a legislação tributária seja interpretada em conformidade com o disposto no Capítulo IV do Título I do Livro Segundo. Por sua vez, o art. 108 desse mesmo código estabelece que, na ausência de legislação tributária expressa, a integração da legislação tributária se fará com observância de uma determinada ordem, a saber:</p> <p>(A) I – a analogia; II – os princípios gerais de direito tributário; III – os princípios gerais de direito público e IV – a equidade.</p> <p>(B) I – a analogia; II – os princípios gerais de direito público; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – a equidade.</p> <p>(C) I – a analogia; II – a equidade; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – os princípios gerais de direito público.</p> <p>(D) I – a equidade; II – os princípios gerais de direito público; III – os princípios gerais de direito tributário e IV – a analogia.</p> <p>(E) I – a equidade; II – os princípios gerais de direito tributário; III – os princípios gerais de direito público e IV – a analogia.</p>	<p>11. Em relação à solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados</p> <p>(A) só aproveita aos demais, se houver expressa previsão legal.</p> <p>(B) só aproveita aos demais, se houver expressa previsão em decreto regulamentar.</p> <p>(C) sempre aproveita aos demais.</p> <p>(D) aproveita aos demais, salvo disposição de lei em contrário.</p> <p>(E) aproveita aos demais, salvo disposição da legislação tributária.</p>
<p>8. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal</p> <p>(A) surge com a ocorrência do fato gerador, previsto em lei ou em decreto regulamentador.</p> <p>(B) surge com a ocorrência do fato gerador, previsto na legislação tributária.</p> <p>(C) tem por objeto o pagamento de tributo, de penalidade pecuniária e de demais acréscimos previstos em lei ou em decreto.</p> <p>(D) tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária.</p> <p>(E) tem por objeto o pagamento de tributo, mas não o de penalidade pecuniária.</p>	<p>12. A responsabilidade por infrações da legislação tributária</p> <p>(A) independe, salvo disposição em contrário, da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.</p> <p>(B) depende sempre da intenção do agente ou do responsável, mas não da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.</p> <p>(C) independe, salvo indisposição em contrário, da intenção do agente ou do responsável, mas depende sempre da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.</p> <p>(D) independe sempre da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.</p> <p>(E) independe, salvo disposição em contrário, da intenção do agente, mas, tratando-se de responsável, depende da intenção deste e também da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.</p>
<p>9. É INCORRETO afirmar que a obrigação tributária acessória</p> <p>(A) decorre da legislação tributária.</p> <p>(B) converte-se em obrigação principal, relativamente ao tributo devido, ao deixar de ser observada.</p> <p>(C) tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas.</p> <p>(D) é instituída no interesse da fiscalização.</p> <p>(E) é instituída no interesse da arrecadação.</p>	<p>13. Para que uma autodenúncia seja considerada espontânea e possa, em face disso, excluir a responsabilidade do sujeito passivo pela infração cometida, é preciso que ocorra</p> <p>I. dentro do prazo da impugnação do lançamento e seja acompanhada do pagamento integral do tributo devido.</p> <p>II. antes do início de qualquer procedimento administrativo e seja acompanhada do pagamento integral do tributo devido, se for o caso.</p> <p>III. dentro do prazo fixado pela autoridade fiscal e seja acompanhada do pagamento de, pelo menos, 50% do tributo devido.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>
<p>10. A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária é o sujeito</p> <p>(A) passivo de obrigação tributária principal ou acessória.</p> <p>(B) ativo de obrigação tributária principal ou acessória.</p> <p>(C) passivo de obrigação tributária principal.</p> <p>(D) ativo de obrigação tributária principal.</p> <p>(E) passivo de obrigação tributária acessória.</p>	

<p>14. De conformidade com a sistemática do Código Tributário Nacional, o crédito tributário é constituído</p> <p>(A) pelo fato gerador da obrigação tributária principal.</p> <p>(B) pela obrigação tributária principal.</p> <p>(C) por lei ordinária.</p> <p>(D) por lei complementar.</p> <p>(E) pelo lançamento.</p>	<p>18. Admitindo-se que o fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU tenha ocorrido em 1º de janeiro de 1999, e que a Fazenda Pública municipal não tenha promovido o seu lançamento até dezembro de 2006, o referido lançamento</p> <p>(A) poderá ser feito, ainda, a qualquer momento, pois a Fazenda Pública municipal dispõe de todos os elementos para fazer esse lançamento.</p> <p>(B) não poderá mais ser feito, porque ocorreu a decadência, prevista no art. 173, inciso I, do CTN.</p> <p>(C) não poderá mais ser feito, porque ocorreu a homologação tácita do lançamento, por decurso de prazo, com a consequente extinção do crédito tributário, prevista no art. 150, § 4º, do CTN.</p> <p>(D) não poderá mais ser feito, porque terá ocorrido a homologação tácita do lançamento, por decurso de prazo, com a consequente extinção do crédito tributário, prevista no art. 150, § 4º, do CTN, se o sujeito passivo não tiver agido com dolo, fraude ou simulação.</p> <p>(E) não poderá mais ser feito, porque ocorreu a prescrição prevista no art. 174 do CTN.</p>
<p>15. A homologação, no chamado "lançamento por homologação", deve ser efetuada <i>expressamente</i> pela autoridade administrativa. Caso não seja feita <i>expressamente</i> pela referida autoridade, ela ocorrerá tacitamente, por decurso do prazo, ao final de cinco anos, contados</p> <p>(A) da data da ocorrência do fato gerador.</p> <p>(B) da data da ocorrência do fato gerador, se a lei não fixar outro prazo à homologação.</p> <p>(C) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.</p> <p>(D) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, se a lei não fixar outro prazo decadencial.</p> <p>(E) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o fato gerador ocorreu.</p>	<p>19. Um determinado contribuinte efetuou pagamento de tributo a maior do que o devido e, em razão disso, pleiteou administrativamente a restituição desse valor, restituição essa, todavia, que lhe foi negada. Dessa decisão administrativa, que denegou a restituição ao contribuinte,</p> <p>(A) não cabe ação anulatória.</p> <p>(B) cabe ação anulatória, cujo prazo de decadência é de dois anos.</p> <p>(C) cabe ação anulatória, cujo prazo de prescrição é de dois anos.</p> <p>(D) cabe ação anulatória, cujo prazo de decadência é de cinco anos.</p> <p>(E) cabe ação anulatória, cujo prazo de prescrição é de cinco anos.</p>
<p>16. O crédito tributário regularmente constituído, somente se modifica</p> <p>(A) ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN.</p> <p>(B) nos casos previstos na legislação tributária, e se extingue ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN.</p> <p>(C) ou extingue, nos casos previstos na legislação tributária, e tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN.</p> <p>(D) ou extingue, nos casos previstos no CTN, e tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos na legislação tributária.</p> <p>(E) ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos na legislação tributária.</p>	<p>20. Um determinado contribuinte obteve a remissão do crédito tributário representado pelo valor do imposto devido no exercício de 2002, foi isentado do pagamento desse imposto em 2003 e obteve o parcelamento do montante desse imposto devido em 2004. Em relação à remissão, à isenção e ao parcelamento houve, respectivamente,</p> <p>(A) exclusão do crédito tributário, suspensão da exigibilidade do crédito tributário e extinção do crédito tributário.</p> <p>(B) extinção do crédito tributário, suspensão da exigibilidade do crédito tributário e exclusão do crédito tributário.</p> <p>(C) extinção do crédito tributário, extinção do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>(D) exclusão do crédito tributário, exclusão do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>(E) extinção do crédito tributário, exclusão do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p>
<p>17. O lançamento efetuado e devidamente notificado ao sujeito passivo poderá ser alterado em virtude de:</p> <p>I. impugnação do sujeito passivo, de recurso de ofício e de iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149 do CTN.</p> <p>II. livre iniciativa da autoridade administrativa, com base em seu poder discricionário, enquanto não extinto o direito do sujeito passivo.</p> <p>III. decisão judicial transitada em julgado, mesmo estando extinto o direito da Fazenda Pública.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>20. Um determinado contribuinte obteve a remissão do crédito tributário representado pelo valor do imposto devido no exercício de 2002, foi isentado do pagamento desse imposto em 2003 e obteve o parcelamento do montante desse imposto devido em 2004. Em relação à remissão, à isenção e ao parcelamento houve, respectivamente,</p> <p>(A) exclusão do crédito tributário, suspensão da exigibilidade do crédito tributário e extinção do crédito tributário.</p> <p>(B) extinção do crédito tributário, suspensão da exigibilidade do crédito tributário e exclusão do crédito tributário.</p> <p>(C) extinção do crédito tributário, extinção do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>(D) exclusão do crédito tributário, exclusão do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>(E) extinção do crédito tributário, exclusão do crédito tributário e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p>

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

21. A Constituição Federal brasileira pode ser reformada

- (A) por lei ordinária ou emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (B) por lei ordinária ou emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (C) por emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (D) por emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- (E) por emenda constitucional, exclusivamente para que seja prevista nova revisão constitucional.

22. No Brasil, a declaração de inconstitucionalidade das leis e atos normativos pode ser feita

- (A) somente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) somente pelo Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça dos Estados-membros.
- (C) somente por Tribunais, sendo seu exercício vedado aos juízes singulares.
- (D) por todos os Tribunais e juízes singulares integrantes do Poder Judiciário.
- (E) somente pelo Senado Federal, após julgamento do Tribunal competente.

23. A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser ajuizada

- (A) somente por membro do Ministério Público.
- (B) somente por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) por qualquer cidadão em gozo de seus direitos políticos, entre outros sujeitos legitimados.
- (D) por prefeito municipal, entre outros sujeitos legitimados.
- (E) por governador de Estado ou do Distrito Federal, entre outros legitimados.

24. A inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição do Estado-membro pode ser declarada

- (A) por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) por meio de ação de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) por meio de ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) somente mediante provocação da parte diretamente lesada.
- (E) somente mediante o controle difuso de constitucionalidade.

25. A separação de poderes é um critério funcional de limitação de poder

- (A) incompatível com o Estado Democrático de Direito.
- (B) compatível com os Estados organizados como federações.
- (C) incompatível com os Estados regidos por constituições rígidas.
- (D) compatível com as monarquias absolutistas.
- (E) incompatível com os Estados unitários descentralizados.

26. É vedado aos Municípios instituir imposto territorial e predial urbano sobre

- (A) templos de qualquer culto, mesmo que o imóvel não seja destinado às finalidades da entidade religiosa a que pertence.
- (B) imóveis de propriedade da União Federal, dos Estados-membros e de Municípios, ainda que os bens se prestem ao exercício de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- (C) imóveis de propriedade de partidos políticos, mesmo que o imóvel não seja destinado às suas finalidades essenciais.
- (D) imóveis de propriedade das instituições de educação e de assistência social, ainda que estas tenham fins lucrativos.
- (E) o patrimônio de autarquias, quando vinculado a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, salvo se relacionado ao exercício de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

27. Segundo a Constituição Federal, compete aos Municípios a instituição de

- (A) taxa em razão do serviço público de gás canalizado por eles prestado diretamente.
- (B) empréstimo compulsório para atender as despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- (C) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (D) imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (E) imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

28. A seguridade social compreende um conjunto de ações

- (A) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (B) dos Poderes Públicos, mas não da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) da sociedade, e não dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar somente os direitos relativos à assistência social.
- (D) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e à educação.
- (E) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação e à cultura.

<p>29. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes</p> <p>(A) somente das contribuições admitidas pela Constituição Federal, mas não de recursos provenientes dos orçamentos da União Federal, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(B) somente dos orçamentos da União Federal e dos Estados-membros e Distrito Federal, e das contribuições admitidas pela Constituição Federal.</p> <p>(C) somente do orçamento da União Federal e das contribuições admitidas pela Constituição Federal.</p> <p>(D) dos orçamentos da União Federal, Estados-membros, Distrito Federal, e Municípios, e de contribuições admitidas pela Constituição Federal.</p> <p>(E) somente dos impostos federais, estaduais e municipais destinados, constitucionalmente, ao seu financiamento.</p>	<p>32. Dispõem os incisos IX e XIII do artigo 5º e o artigo 190, todos da Constituição:</p> <p>“Art. 5º. (...)</p> <p>IX. é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;</p> <p>XIII. é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.”</p> <p>“Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento da propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.”</p> <p>Referidos dispositivos constitucionais consagram, respectivamente, normas de eficácia</p> <p>(A) plena, contida e limitada.</p> <p>(B) contida, limitada e plena.</p> <p>(C) plena, limitada e contida.</p> <p>(D) contida, plena e limitada.</p> <p>(E) plena, limitada e limitada.</p>
<p>30. De acordo com a Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público</p> <p>(A) depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, seja qual for o cargo a ser preenchido.</p> <p>(B) é permitida aos estrangeiros na forma da lei.</p> <p>(C) deve observar o prazo de validade do concurso correspondente, que poderá ser de até 2 anos improrrogáveis.</p> <p>(D) é sempre vedada àquele que já exerça um cargo público em qualquer nível de governo.</p> <p>(E) é sempre vedada àquele que já exerça um cargo público no mesmo nível de governo a que pertence o novo cargo a ser preenchido.</p>	<p>33. Dispõem os artigos 1º e 3º da Lei nº 9296, de 1996:</p> <p>“Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigredo de justiça.”</p> <p>“Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:</p> <p>I. da autoridade policial, na investigação criminal;</p> <p>II. do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.”</p> <p>Os dispositivos legais acima transcritos são:</p>
<p>31. A classificação da Constituição brasileira de 1988, quanto à alterabilidade de suas normas, decorre dos dispositivos constitucionais nos quais</p> <p>(A) foi prevista a possibilidade de convocação de plebiscito para a definição quanto à forma e o sistema de governo que deveriam vigorar no país.</p> <p>(B) foi determinada a realização de uma revisão constitucional, cinco anos após sua promulgação, pelo voto de três quintos dos membros do Congresso Nacional.</p> <p>(C) se estabelecem iniciativa, turnos e quorum de votação, além de limitações materiais e circunstanciais, para o exercício do poder de reforma constitucional.</p> <p>(D) a soberania popular é assegurada, por meio do voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, por plebiscito, referendo e iniciativa popular.</p> <p>(E) se define que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.</p>	<p>(A) integralmente incompatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas.</p> <p>(B) o primeiro, compatível com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, e o segundo, com ela incompatível, no que se refere à possibilidade de determinação pelo juiz, de ofício, da interceptação.</p> <p>(C) o segundo, compatível com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, e o primeiro, com ela incompatível, relativamente à tramitação da interceptação em sigredo de justiça.</p> <p>(D) incompatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas, relativamente à interceptação prevista para fins de investigação criminal.</p> <p>(E) compatíveis com a garantia constitucional da inviolabilidade das comunicações telefônicas.</p>

<p>34. Suponha que determinada Deputada Estadual de 26 anos de idade, seja brasileira naturalizada e neta do Governador do Estado. Nessa hipótese, de acordo com a Constituição de 1988, em ano de realização de eleições estaduais e nacionais, a referida Deputada Estadual</p> <p>(A) seria considerada inelegível para quaisquer mandatos a serem exercidos no Estado em que seu avô ocupe o cargo de Governador.</p> <p>(B) poderia pleitear a reeleição como Deputada Estadual, mas não poderia concorrer ao cargo de Governador do Estado.</p> <p>(C) estaria impedida de concorrer aos cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal, por não possuir a idade mínima exigida para tanto.</p> <p>(D) seria inelegível para os cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal, por não ser brasileira nata.</p> <p>(E) estaria impedida de concorrer a quaisquer dos cargos eletivos estaduais ou nacionais, por ausência das respectivas condições de elegibilidade.</p>	<p>37. Considere as seguintes afirmações sobre as diretrizes constitucionais da política de desenvolvimento urbano:</p> <p>I. Todas as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro, sem ressalvas, por expressa determinação constitucional.</p> <p>II. É facultado ao Poder Público municipal, mediante Decreto específico para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos de lei municipal, do proprietário de solo urbano não edificado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposição de penalidades sucessivas.</p> <p>III. Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não se trate de imóvel público e que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.</p> <p>IV. O cumprimento da função social da propriedade urbana dependerá do atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor do Município, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.</p>
<p>35. Segundo a Constituição, é característica comum à ação popular e à ação civil pública</p> <p>(A) o rol de legitimados para sua propositura.</p> <p>(B) a obrigatoriedade de intervenção do órgão competente do Ministério Público no feito, nas hipóteses em que não for o autor da ação.</p> <p>(C) a legitimação passiva exclusiva de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.</p> <p>(D) terem por objeto a tutela do patrimônio público e do meio ambiente.</p> <p>(E) a isenção do autor no pagamento de custas e ônus da sucumbência, na hipótese de improcedência da ação.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>36. A Constituição assegura a liberdade de associação sindical, observando que</p> <p>(A) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, salvo na hipótese de assumir cargo de direção ou representação sindical.</p> <p>(B) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado, nas organizações sindicais.</p> <p>(C) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>(D) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.</p> <p>(E) a Assembléia Geral somente pode fixar contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva diante da inexistência de contribuição prevista em lei.</p>	<p>38. Considerada a disciplina constitucional da ordem econômica, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.</p> <p>(B) o Estado exercerá, na forma da lei, como agente normativo e regulador da atividade econômica, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.</p> <p>(C) a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.</p> <p>(D) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.</p> <p>(E) a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.</p>

<p>39. Em relação ao regime geral de previdência social, a Constituição da República</p> <p>(A) estabelece que lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a todos os trabalhadores de baixa renda ou sem renda própria que se dediquem, com exclusividade ou não, ao trabalho doméstico.</p> <p>(B) veda a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias, ressalvados, entre outros que indica, os casos em que se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.</p> <p>(C) admite, excepcionalmente, a filiação ao regime geral, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.</p> <p>(D) prevê que o regime de previdência privada terá caráter complementar e será organizado de forma autônoma em face do regime geral, bem como será facultativo e regulado por lei ordinária.</p> <p>(E) proíbe, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.</p>	<p>43. A constituição de dívida pública e a amortização de empréstimos enquadram-se, na classificação orçamentária, como</p> <p>(A) despesas correntes.</p> <p>(B) despesas de capital.</p> <p>(C) transferência de capital.</p> <p>(D) receitas de capital.</p> <p>(E) receitas correntes.</p>
<p>40. Por serem entes da federação brasileira, os Municípios gozam de autonomia,</p> <p>(A) a qual é tratada pela Constituição vigente como um princípio constitucional sensível.</p> <p>(B) da qual decorre sua competência para criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação tributária federal.</p> <p>(C) que lhes assegura participação nos órgãos centrais federais, nos termos estabelecidos pela Constituição.</p> <p>(D) não admitindo a Constituição hipótese alguma de intervenção da União em Municípios.</p> <p>(E) regendo-se por lei orgânica própria, votada em dois turnos, com um intervalo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.</p>	<p>44. Atualmente o Estado intervém em quase todas as atividades humanas em razão das necessidades públicas. Dentre outras atribuições, incumbe ao Estado regular a atividade econômica, prestar serviços públicos, explorar a atividade econômica e exercer poder de política. Nesse contexto, é possível afirmar que as finanças públicas</p> <p>(A) têm papel secundário na intervenção do Estado na economia, diante da política liberal vigente.</p> <p>(B) as finanças públicas podem tornar-se poderoso instrumento de atuação estatal no domínio econômico, visando a um orçamento equilibrado e contenção de gastos públicos.</p> <p>(C) pertencem ao universo normativo, regulando a intervenção estatal no domínio econômico, compondo a política financeira estatal e consubstanciada nas leis orçamentárias.</p> <p>(D) caracterizam-se por ser uma disciplina jurídica que tem como objeto de seu estudo toda a atividade do Estado no tocante à forma de realização da receita e da despesa.</p> <p>(E) dizem respeito ao universo do ser, do plano real e dispensam uma realidade normativa, ficando adstritas apenas ao campo econômico, desvinculado de intervenção estatal.</p>
<p style="text-align: center;"><b>FINANÇAS PÚBLICAS</b></p> <p>41. Imposto é tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Um imposto cuja alíquota vai aumentando conforme vai aumentando sua base de cálculo é classificado como</p> <p>(A) proporcional.</p> <p>(B) regressivo.</p> <p>(C) progressivo.</p> <p>(D) indireto.</p> <p>(E) alternativo.</p>	<p>45. Entre as limitações constitucionais ao poder de tributar encontram-se os seguintes princípios teóricos da tributação, EXCETO:</p> <p>(A) anterioridade, legalidade, irretroatividade e vedação ao confisco.</p> <p>(B) liberdade de tráfego, vedação ao confisco, uniformidade geográfica e anterioridade.</p> <p>(C) igualdade, legalidade, capacidade contributiva e irretroatividade.</p> <p>(D) anterioridade nonagesimal, uniformidade geográfica, irretroatividade e liberdade de tráfego.</p> <p>(E) anualidade, iniversalidade, irretroatividade e anterioridade.</p>
<p>42. Quando o Município recebe dinheiro em decorrência do exercício da competência de outra entidade política que, por disposição constitucional, ou de forma voluntária, por meio de convênio, o transfere a seus cofres, este dinheiro é classificado como</p> <p>(A) receita transferida.</p> <p>(B) ingresso decorrente de crédito público.</p> <p>(C) receita originária de impostos.</p> <p>(D) receita derivada.</p> <p>(E) movimento de caixa.</p>	<p>46. Segundo terminologia adotada na doutrina, são tipicamente contribuições para-fiscais as contribuições</p> <p>(A) de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como a contribuição sindical.</p> <p>(B) de intervenção no domínio econômico, como a dívida ao Sistema S (Sesi, Sesc, Senai etc).</p> <p>(C) de melhoria, como a decorrente de valorização imobiliária de obra pública.</p> <p>(D) social para a Seguridade Social, como a contribuição confederativa.</p> <p>(E) para o custeio do serviço de iluminação pública.</p>



47. Analise as afirmações abaixo.
- I. Dispõe o artigo 163, inciso I, da Constituição Federal, que a lei ordinária disporá sobre finanças públicas.
  - II. A lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
  - III. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) se refere à responsabilidade na gestão fiscal e não dispõe sobre finanças públicas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.

48. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para o equilíbrio das contas públicas, dentre outras ações, inclui-se
- (A) o impedimento absoluto de renúncia de receita.
  - (B) o impedimento absoluto da existência de restos a pagar.
  - (C) o aumento da carga tributária por meio de tributação regressiva.
  - (D) a fixação de limites e condições na geração de despesas com pessoal.
  - (E) a vedação de operações de crédito.

49. Em contrato de locação de imóvel urbano, a obrigatoriedade de pagamento de IPTU por parte do locatário, imposta em contrato de locação, sem que o Fisco tenha assim autorizado em razão de lei, faz com que o IPTU se classifique, neste caso, como imposto
- (A) real.
  - (B) pessoal.
  - (C) indireto.
  - (D) direto.
  - (E) proporcional.

50. Sobre o Sistema Tributário Brasileiro é correto afirmar que a Constituição Federal
- (A) dispõe sobre competência tributária e isenções; enquanto o Código Tributário Nacional institui os tributos atualmente em vigor.
  - (B) institui apenas os impostos e fixa competência comum para instituição dos demais tributos; enquanto o Código Tributário Nacional cuida das limitações ao poder de tributar.
  - (C) dispõe sobre competência tributária, limitações ao poder de tributar e isenções; enquanto o Código Tributário Nacional institui os tributos federais atualmente em vigor.
  - (D) dispõe sobre as limitações ao poder de tributar e imunidades; enquanto o Código Tributário Nacional fixa as competências tributárias, as responsabilidades tributárias, as isenções e a instituição de impostos.
  - (E) dispõe sobre competências tributárias, limitações ao poder de tributar, imunidades e repartição de receitas tributárias; enquanto o Código Tributário Nacional define fato gerador, base de cálculo e contribuintes de alguns impostos.

**MATEMÁTICA / ESTATÍSTICA / RACIOCÍNIO LÓGICO**

51. Uma pessoa necessita efetuar dois pagamentos, um de R\$ 2.000,00 daqui a 6 meses e outro de R\$ 2.382,88 daqui a 8 meses. Para tanto, vai aplicar hoje a juros simples o capital C à taxa de 3% ao mês, de forma que:
- daqui a 6 meses possa retirar todo o montante, efetuar o pagamento de R\$ 2.000,00 e, nessa data, aplicar o restante a juros simples, à mesma taxa, pelo resto do prazo;
  - daqui a 8 meses possa retirar todo o montante da segunda aplicação e efetuar o segundo pagamento, ficando com saldo nulo e sem sobras.
- Nessas condições, o valor de C é igual a
- (A) R\$ 3.654,00
  - (B) R\$ 3.648,00
  - (C) R\$ 3.640,00
  - (D) R\$ 3.620,00
  - (E) R\$ 3.600,00

52. Um capital de R\$ 10.000,00 foi aplicado no dia primeiro de junho e no último dia de julho foi resgatado todo o montante de R\$ 11.082,30. Nesse período, as taxas de inflação foram, respectivamente:
- Junho: 2%  
 Julho: 2,5%
- A taxa real desse investimento, nesse período, foi de
- (A) 6,32%
  - (B) 6,00%
  - (C) 5,50%
  - (D) 5,00%
  - (E) 4,50%

53. Uma dívida de R\$ 4.999,50 vai ser paga em 4 parcelas mensais, a primeira delas vencendo ao completar um mês da data do empréstimo, com taxa de juros de 3% ao mês, pelo sistema francês de amortização. Abaixo tem-se o quadro de amortização, incompleto.

Data	Prestação	Cota de juros	Cota de amortização	Saldo devedor
0				4.999,50
1	1.345,00	s	t	3.804,49
2	1.345,00	u	v	2.573,62
3	1.345,00	w	x	1.305,83
4	1.345,00	y	z	0

- Completando o quadro, verifica-se que o valor aproximado de
- (A) s é R\$ 151,30.
  - (B) t é R\$ 1.210,02.
  - (C) u + y é R\$ 153,30.
  - (D) x – w é R\$ 1.159,80.
  - (E) v + z é R\$ 2.573,62.

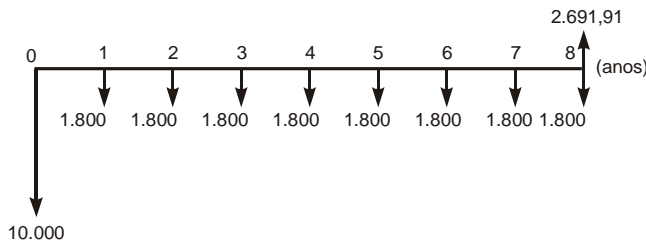
54. Considere a tabela abaixo, que apresenta valores de:

$$(1 + i)^n \text{ e } a_{\overline{n}|i} = \frac{(1+i)^n - 1}{i \cdot (1+i)^n}, \text{ para } i = 0,30.$$

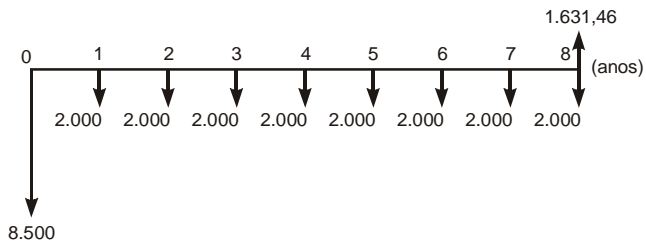
n	(1 + i) <sup>n</sup>	a <sub><math>\overline{n} i</math></sub>
1	1,3	0,7692
2	1,69	1,3609
3	2,197	1,8161
4	2,8561	2,1662
5	3,7129	2,4356
6	4,8268	2,6427
7	6,2749	2,8021
8	8,1573	2,9247
9	10,6045	3,0190
10	13,7858	3,0915

Uma determinada peça pode ser produzida indistintamente pela máquina A ou pela máquina B. Uma empresa deseja produzir essa peça e tem hoje duas opções:

Opção I) Adquirir a máquina A pelo preço à vista de R\$ 10.000,00, com custo de manutenção anual de R\$ 1.800,00, vida útil de 8 anos e valor residual de R\$ 2.691,91, representada pelo fluxo de caixa abaixo (valores em reais):



Opção II) Adquirir a máquina B pelo preço à vista de R\$ 8.500,00, com custo de manutenção anual de R\$ 2.000,00, vida útil de 8 anos e valor residual de R\$ 1.631,46, representada pelo fluxo de caixa abaixo (valores em reais):



Se  $A_I$  e  $A_{II}$  são respectivamente os módulos dos valores atuais dos fluxos das opções I e II, na data de hoje, com uma taxa mínima de atratividade de 30% ao ano, então

- (A)  $A_{II} - A_I = R\$ 785,06$
- (B)  $A_{II} - A_I = R\$ 1.045,06$
- (C)  $A_{II} - A_I = R\$ 2.030,04$
- (D)  $A_I - A_{II} = R\$ 785,06$
- (E)  $A_I - A_{II} = R\$ 1.045,06$

Instruções: Para responder às questões de números 55 e 56 utilize, dentre as informações abaixo, as que julgar adequadas. Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(0 < Z < 1) = 0,341, P(0 < Z < 1,6) = 0,445, P(0 < Z < 2) = 0,477$$

55. Os depósitos efetuados no Banco B, num determinado mês, têm distribuição normal com média R\$ 9.000,00 e desvio padrão R\$ 1.500,00. Um depósito é selecionado ao acaso dentre todos os referentes ao mês em questão. A probabilidade de que o depósito exceda R\$ 6.000,00 é de

- (A) 97,7%
- (B) 94,5%
- (C) 68,2%
- (D) 47,7%
- (E) 34,1%

56. Uma variável aleatória X tem distribuição normal com média  $\mu$  e desvio padrão 100. O tamanho da amostra para que a diferença, em valor absoluto, entre a média amostral e  $\mu$  seja menor do que 2, com coeficiente de confiança de 89%, é

- (A) 1.000
- (B) 2.200
- (C) 2.800
- (D) 3.600
- (E) 6.400

57. No presente mês, o salário médio mensal pago a todos os funcionários de uma firma foi de R\$ 530,00. Sabe-se que os salários médios mensais dos homens e mulheres são respectivamente iguais a R\$ 600,00 e R\$ 500,00. No próximo mês, todos os homens receberão um adicional de R\$ 20,00 e todas as mulheres um reajuste salarial de 10%, sobre os salários atuais. Supondo que o quadro de funcionários não se alterou, após esses reajustes o salário médio mensal de todos os funcionários passará a ser igual a:

- (A) R\$ 540,00
- (B) R\$ 562,00
- (C) R\$ 571,00
- (D) R\$ 578,00
- (E) R\$ 580,00

58. Considerando os Auditores-Fiscais que, certo mês, estiveram envolvidos no planejamento das atividades de fiscalização de contribuintes, arrecadação e cobrança de impostos, observou-se que:

- todos os que planejaram a arrecadação de impostos também planejaram a fiscalização de contribuintes;
- alguns, que planejaram a cobrança de impostos, também planejaram a fiscalização de contribuintes.

Com base nas observações feitas, é correto afirmar que, com certeza,

- (A) todo Auditor-fiscal que planejou a fiscalização de contribuintes esteve envolvido no planejamento da arrecadação de impostos.
- (B) se algum Auditor-fiscal esteve envolvido nos planejamentos da arrecadação e da cobrança de impostos, então ele também planejou a fiscalização de contribuintes.
- (C) existe um Auditor-fiscal que esteve envolvido tanto no planejamento da arrecadação de impostos como no da cobrança dos mesmos.
- (D) existem Auditores-fiscais que estiveram envolvidos no planejamento da arrecadação de impostos e não no da fiscalização de contribuintes.
- (E) pelo menos um Auditor-fiscal que esteve envolvido no planejamento da cobrança de impostos também planejou a arrecadação dos mesmos.

59. Considere o argumento seguinte:

*Se o controle de tributos é eficiente e é exercida a repressão à sonegação fiscal, então a arrecadação aumenta. Ou as penalidades aos sonegadores não são aplicadas ou o controle de tributos é ineficiente. É exercida a repressão à sonegação fiscal. Logo, se as penalidades aos sonegadores são aplicadas, então a arrecadação aumenta.*

Se para verificar a validade desse argumento for usada uma tabela-verdade, qual deverá ser o seu número de linhas?

- (A) 4
- (B) 8
- (C) 16
- (D) 32
- (E) 64

60. Considere a seguinte proposição:

*“Se um Auditor-Fiscal Tributário não participa de projetos de aperfeiçoamento, então ele não progride na carreira.”*

Essa proposição é tautologicamente equivalente à proposição:

- (A) Não é verdade que, ou um Auditor-Fiscal Tributário não progride na carreira ou ele participa de projetos de aperfeiçoamento.
- (B) Se um Auditor-Fiscal Tributário participa de projetos de aperfeiçoamento, então ele progride na carreira.
- (C) Não é verdade que, um Auditor-Fiscal Tributário não participa de projetos de aperfeiçoamento e não progride na carreira.
- (D) Ou um Auditor-Fiscal Tributário não progride na carreira ou ele participa de projetos de aperfeiçoamento.
- (E) Um Auditor-Fiscal Tributário participa de projetos de aperfeiçoamento e progride na carreira.